



DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: A DISLEXIA NO ENSINO MÉDIO

Karol Costa Guedes

Universidade Federal de Campina Grande - karolcostaguedes@hotmail.com

Resumo

Do grego *dus* (difícil, dificuldade) e *lexis* (palavra), dislexia é um transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. É o transtorno de maior incidência nas salas de aula. Pesquisas realizadas em vários países mostram que cerca de 10 a 15% da população mundial é disléxica. Trata-se de dificuldades relativas a mapeamento fonético, que implica na dificuldade em correspondência com várias representações ortográficas para sons específicos; orientação espacial, que é estereotipado na confusão das letras b e d, p e q; e ordenação sequencial, de tal forma que uma pessoa pode ver uma combinação de letras, mas não as perceber na ordem correta. A fim de contribuir para o campo de pesquisas vinculadas às dificuldades de aprendizagem, especificamente no tocante ao ensino-aprendizagem de língua materna, objetivamos, através de pesquisa qualitativa e documental, e com base em teóricos como Coll, Marchesi e Palacios (2004), Santiago (2011) e Hall (2000), refletir sobre a dislexia enquanto transtorno dificultador de aprendizagem na etapa do ensino médio, além de propor estratégias pedagógicas que contribuam para atenuar essa dificuldade na última etapa escolar. Tratou-se de um trabalho que possibilitou investigação sobre a dislexia e propostas pedagógicas de sua superação em contexto educacional básico.

Palavras-chave: Dificuldade de Aprendizagem, Dislexia, Ensino de Língua Materna.



1 INTRODUÇÃO

Do grego *dus* (difícil, dificuldade) e *lexis* (palavra), dislexia é um transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração. É o transtorno de maior incidência nas salas de aula. Pesquisas realizadas em vários países mostram que cerca de 10 a 15% da população mundial é dislética.

Trata-se de dificuldades relativas a mapeamento fonético, que implica na dificuldade em correspondência com várias representações ortográficas para sons específicos; orientação espacial, que é estereotipado na confusão das letras b e d, p e q; e ordenação sequencial, de tal forma que uma pessoa pode ver uma combinação de letras, mas não as perceber na ordem correta.

Faz-se necessário pontuar que a dislexia não é uma deficiência do indivíduo, mas sobretudo uma dificuldade de aprendizagem que pode acompanhar a vida do sujeito até o fim de sua vida. O que se pode fazer acerca da dislexia é, portanto, compreender os principais fatores existentes por conta dessa dificuldade, e buscar ferramentas pedagógicas para atenuar esse transtorno na vida da pessoa com dislexia.

A fim de contribuir para o campo de pesquisas vinculadas às dificuldades de aprendizagem, especificamente no tocante ao ensino-aprendizagem de língua materna, objetivamos, através de pesquisa qualitativa e documental, e com base em teóricos como Coll, Marchesi e Palacios (2004), Santiago (2011) e Hall (2000), refletir sobre a dislexia enquanto transtorno dificultador de aprendizagem na etapa do ensino médio, além de propor estratégias pedagógicas que contribuam para atenuar essa dificuldade na última etapa escolar.

2 A DISLEXIA ENQUANTO DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Enquanto dificuldade específica da aprendizagem na aquisição da leitura, a dislexia não tem relação com o comprometimento da inteligência ou à ausência de oportunidade pedagógica adequada. Trata-se, sobretudo, de um comprometimento à consciência fonológica. A dislexia pode ser qualificada enquanto disfonética, que é quando o comprometimento é relativo a dificuldades no ditado, substituições de letras cujos fonemas se assemelham, inversões de letras, lentidão de leitura, omissões de letras, soletração alterada, dentre outros aspectos; ou enquanto visomotora, enquadrando-se na dificuldade de orientação espacial, confusão de letras (p e q, b e d, por exemplo), aglutinação, falha na cópia, inversões, dentre outros aspectos.



Os principais critérios que devem ser levados em consideração para seu diagnóstico são relativos à atenção ao histórico familiar, histórico escolar, anamnese, avaliação médica e clínica e deve ser desenvolvido apenas após o início da aprendizagem formal da leitura, que se dá por volta dos 8 anos de idade, uma vez que os aspectos característicos da dislexia podem ser facilmente confundidos com dificuldades próprias à fase de alfabetização e aquisição/desenvolvimento da leitura. Outro fator relevante sobre a dislexia é que essa dificuldade possui bases genéticas. Por isso que não se deve perder de vista o histórico familiar para o desenvolvimento adequado do diagnóstico.

Por ser um transtorno dificultador de aprendizagem, a dislexia implica em desafios constantes relativos ao ensino-aprendizagem adequado aos indivíduos que possuem tal dificuldade. O primeiro desafio centra-se na formação continuada voltada para a diversidade, uma vez que a tendência na educação é homogeneizar o processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração indivíduos que não apresentem dificuldades de aprendizagem. Outro desafio é relativo ao trabalho em equipe que deve ser desenvolvido por toda equipe pedagógica nas escolas, visto que a tendência é centrar a responsabilidade exclusivamente ao professor. E um dos desafios mais percebidos na rotina diária dos educadores é relativo ao uso e elaboração de recursos que auxiliem na aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, pelo fato de a formação profissional tender a centralizar e/ou exclusivizar o preparo de materiais, atividades, recursos para indivíduos que mantenham um nível de aprendizagem compatível com os que não possuem dificuldades de aprendizagem como a dislexia.

A fim de refletirmos sobre essa dificuldade de aprendizagem, especificamente no ensino médio, discutiremos, no próximo tópico, sobre as principais consequências da presença desse transtorno na vida acadêmico-social de estudantes com dislexia no ensino médio.

2.1 A DISLEXIA NO ENSINO MÉDIO

Pode parecer estranha a discussão sobre a dislexia em um contexto escolar tão avançado, temporalmente, como o ensino médio. De fato, as dificuldades de aprendizagem não deveriam ser tão presentes no indivíduo em uma etapa escolar que requer do estudante um ritmo cada vez mais acelerado de aprendizagem, mergulhado em um ambiente cujas águas correm por e para o ensino superior.



Geralmente, as dificuldades de aprendizagem são diagnosticadas no sujeito enquanto criança, e as intervenções pedagógicas o acompanham desde então visando à atenuação cada vez maior dos transtornos com o passar do tempo. Entretanto, o que se vê atualmente nas salas de aula de ensino médio são estudantes atemorizados com o ritmo acelerado da última etapa escolar da educação básica, confusos e inseguros pelo acompanhamento insistente dos dificultadores de aprendizagem, dentre eles a tão comum dislexia.

Fato é que a dislexia no ensino médio não é vista em discussão dentre os profissionais da educação. Muitos são os fatores pela permanência da dislexia no indivíduo, dentre eles, destaco a não aceitação da família a respeito da dificuldade de aprendizagem que o indivíduo sobre quem é responsável apresenta, o que implica, portanto, em um não tratamento e acompanhamento adequado.

Sobre as possibilidades de intervenções escolares/pedagógicas para a atenuação da dislexia, adianto a discussão para o contexto do ensino médio, pensando essa etapa enquanto de grande valia para o desenvolvimento a longo prazo do estudante, uma vez que é o ensino médio o elo de ligação entre a base educadora e a base profissionalizante do indivíduo, considerando-o, portanto, um dos mais importantes momentos da vida do estudante.

A dislexia no ensino médio acarreta problemas à vida do estudante relativos à baixa autoestima, pela queda de rendimento (baixas notas) relacionada a dificuldades emocionais, insegurança, ansiedade, não aceitação pelos colegas, uma vez que o indivíduo com dislexia não consegue acompanhar o ritmo acelerado dessa etapa.

Nesse sentido, as sugestões pedagógicas, para os professores e demais profissionais da educação, são relativas a: respeitar o ritmo próprio do estudante com dislexia; trabalhar com a leitura compassada, pelo próprio estudante, o que o auxilia na identificação das letras de cada palavra lida, atentando às especificidades fonéticas de cada vocábulo; desenvolver *feedback* individual com o estudante sobre as principais dificuldades enfrentadas em cada processo avaliativo.

A partir do desenvolvimento de tais sugestões/estratégias atentas à pessoa com dislexia, o processo de inclusão será facilitado e real no processo escolar. A esse respeito, faz-se necessária a discussão sobre a diferença entre inclusão e integração.



3 INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO

Um desafio para a política educacional, conforme descreve Hall (2000), é a inclusão daqueles que por muito tempo foram e são marginalizados por terem uma deficiência. Consideraremos, para este momento, a designação “deficiência”, pela vasta literatura sobre o tema, cujo teor discursivo adequa-se coerentemente aos dificultadores de aprendizagem. Contudo, lembremos que a dislexia, assim como outras dificuldades de aprendizagem, não é considerada uma deficiência, e sim um transtorno dificultador de aprendizagem.

É inegável que, por estarem pautadas para atender a um aluno idealizado e ensinando a partir de um projeto escolar elitista, meritocrático e homogeneizador, nossas escolas produzem quadros de exclusão que têm, injustamente, prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes, como afirma Hall (2000).

A educação se confirma como estreitamente vinculada aos interesses classistas, reforçando inclusive a condição de exclusão social que atinge as pessoas com deficiência/dificuldade. Assim, percebe-se que os maiores entraves e riscos que envolvem esses sujeitos são definidos numa nova razão que tem na educação formal um de seus melhores aliados, pois reproduz uma ideologia que define o ser pela posição social que ele ocupa e o reduz ao que o modelo social lhe outorga (SANTIAGO, 2011).

A exclusão social, como afirmou Castel (1998), é processo pelo qual certos indivíduos e grupos são sistematicamente impedidos de ascender a posições que lhes permitiriam uma forma de vida autônoma dentro das normas sociais enquadrados por instituições e valores num determinado contexto.

O trabalho árduo e pesado era reconhecidamente importante para o ramo da lavoura, da construção civil, e as pessoas com deficiência ficavam aquém dessa utilidade, não podendo atender a essa expectativa social e laboral. Os mais pobres e escravizados necessitavam de sua força e saúde mental e física para sobreviver, porém, como a saúde estava debilitada devido à deficiência, a morte era uma opção, já que a classe social onde os indivíduos se encontravam era fundamental para essa determinação.

A Igreja tornou-se possuidora de grande patrimônio e recebeu muitas doações daqueles que queriam ser libertos da condenação divina ou que possuíam filhos deficientes, pois a Igreja se encarregava de recolhê-los em troca de indulgências. Observa-se que nesse período a educação assume características diferenciadas dependendo da classe social à qual pertencia.

Segundo Santiago (2011), o primeiro filho de um nobre herdaria o feudo e deveria permanecer nele, o segundo filho deveria seguir a carreira eclesiástica, sendo enviado para os mosteiros e, para os servos, neste sentido, nenhuma educação era necessária, pois os mesmos necessitavam apenas de força física para trabalhar nas lavouras do senhor feudal. Nesse contexto, dependendo da classe de origem da pessoa com deficiência, ela poderia receber cuidados e até educação, ou, pelo contrário, mendigar ou depender das obras de caridade da Igreja.

Segundo Pessotti (1984, p. 4), a Idade Média “implica a tolerância e a aceitação caritativa quanto encobre a omissão e o desencanto de quem delega à divindade a responsabilidade de prover e manter suas criaturas”. Desse modo, é graças à doutrina cristã que as pessoas com deficiência têm seu status modificado, ganham a humanidade como característica, já que são possuidores de uma alma. É nesse período que surge a institucionalização da deficiência, nas quais as instituições especializadas retiram essas pessoas do convívio social e a ciência moderna lhes oferece os recursos necessários para que sejam reabilitados e voltem à sociedade.

As designações idiota, imbecil, demente, anormal são as expressões mais utilizadas para se referir às pessoas com deficiência, durante os séculos XVIII e XIX, e são reflexos desse tipo de enfoque que a deficiência e os transtornos de aprendizagem são vistos como um problema do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou normalização (SANTIAGO, 2011).

A Idade Moderna é marcada pela ascensão da ciência, das Universidades e, atrelado a esse progresso, estava o avanço na tecnologia e nos meios de assistência para atender a pessoa com deficiência. No entanto, a hegemonia da classe dominante ainda é presente e as formas de acessibilidade para esta minoria tinha o custo dispendioso e nem todos podiam pagar por elas.

O século XX é caracterizado como um marco no avanço das tecnologias e uma vasta rede de informações acerca das deficiências, mas a preocupação é se esses recursos estão sendo acessíveis para as pessoas com deficiência de forma geral. Não se pode negar que a racionalidade científica garantiu avanços no campo do direito, pois as pessoas com deficiência contaram com algumas proteções. Por outro lado, é notável como estão longe de alcançar seus objetivos e ainda precisam lidar com a discriminação.

A partir dessa discussão, abrimos um espaço para o desenvolvimento do questionamento: a dislexia pode causar exclusão em sala de aula? Ao qual certamente podemos responder: sim. Os motivos que levam colegas a excluírem outros com dislexia, como anteriormente já brevemente

mencionado, são relativos a: dificuldade na compreensão leitora, dificuldade criativa, baixas notas, baixo rendimento, dentre outros.

A partir desse ponto, recorreremos ao questionamento reflexivo: eu, enquanto profissional da educação, promovo, em minha sala de aula, inclusão ou integração? Para refletirmos sobre isso, observemos o diagrama abaixo para compreender o percurso que a sociedade tem vivido do



processo de exclusão à inclusão:

Fonte: Carvalho (2016)

Figura 1. Diagrama explicativo do processo de exclusão à inclusão

No primeiro quadrante, tem-se pessoas com deficiência fora do convívio social, mostrando, claramente, a exclusão sofrida por este grupo. O segundo quadrante, à direita, ilustra o momento em que as pessoas com deficiência foram percebidas e escolarizadas em institutos tidos como especiais para acolher tais pessoas. No entanto, observa-se uma segregação, estão em um conjunto à parte, evidenciando suas diferenças, percebe-se o preconceito explícito e a ideia da separação, da distinção.

No terceiro quadrante, canto inferior esquerdo, observa-se a imagem que representa o movimento de integração, que foi a oportunidade de retirar as pessoas com deficiência dos institutos (ou escolas) especiais e integrá-las em um mesmo espaço, nas chamadas salas de aula de escolas regulares.

Contudo, nota-se que estão em um mesmo ambiente, mas não ocorre a interação. Recorremos ao questionamento de Oliveira (2017), ao refletir sobre o diagrama em questão: Será então que os recursos têm sido suficientes para a real inclusão destas pessoas? Daí é quando surge o conceito de inclusão, que consiste na reforma social e educacional, e conscientização e adaptação das pessoas e dos recursos para, de fato, haver a inclusão das pessoas com deficiência. Esta é demonstrada no quarto quadrante, no canto inferior direito, onde todas as pessoas estão participando, plenamente, de um mesmo ambiente.

Daí a necessidade da discussão e reflexão sobre o que se tem feito nos contextos escolares: integração ou inclusão?

Em pesquisa desenvolvida sobre crianças com deficiência, estilos parentais e valores humanos, Oliveira (2017) destaca que o traço de personalidade amabilidade de outras crianças que convivem com crianças com dificuldade de aprendizagem e com crianças com deficiência e o estilo parental (a forma com que os pais educam os filhos) interferem no aspecto de inclusão no contexto de sala de aula. Destacamos, portanto, a necessidade de estreitamento significativo nas relações entre escola e família.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A fim de contribuir para o campo de pesquisas vinculadas às dificuldades de aprendizagem, especificamente no tocante ao ensino-aprendizagem de língua materna, objetivamos, através desse trabalho, refletir sobre a dislexia enquanto transtorno dificultador de aprendizagem na etapa do ensino médio, além de propor estratégias pedagógicas que contribuam para atenuar essa dificuldade na última etapa escolar.

Percebeu-se que a dislexia, enquanto dificuldade de aprendizagem, não deve ser considerada enquanto deficiência intelectual, apesar de considerar que a dislexia pode causar exclusão em sala de aula.

Enquanto estratégias pedagógicas para facilitar a inclusão em sala de aula entre alunos com e sem dislexia, destacou-se o desenvolvimento com a ideia de alunos colaboradores (monitores), o trabalho em equipe e considerar que o aluno com dislexia deve se sentir participante de todos os momentos da aula, assim como os demais.



Enquanto estratégias pedagógicas para atenuar a dislexia dos alunos no ensino médio, destacou-se o trabalho com a leitura compassada, *feedback* individual com o aluno sobre as principais dificuldades e o respeito ao ritmo do aluno com dislexia.

Atentando à perspectiva psicológica, percebeu-se que o traço de personalidade amabilidade de outras crianças que convivem com crianças com dificuldade de aprendizagem e com crianças com deficiência e o estilo parental (a forma com que os pais educam os filhos) interferem no aspecto de inclusão no contexto de sala de aula.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, K. G. **Atitudes frente à criança com deficiência:** o papel dos traços de personalidade, dos estilos parentais e dos valores humano. (Tese de doutorado). UFPB: João Pessoa, 2017.

SANTIAGO, S. A. S. **A história da exclusão da pessoa com deficiência:** aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

COLL; MARCHESI; PALACIOS. **Desenvolvimento psicológico e educação.** Artmed: 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: D P&A, 2000.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia. **Letramento escolar.** Disponível em: <<http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-escolar>> Acesso em: julho/2015.

OSAKABE, Haqaira. O mundo da escrita. In: _____. **Leituras no Brasil.** Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. Linguagem e educação. In: MARTINS, Maria Helena (Org.) **Questões de linguagem.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.